

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

CODEFAT

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODEFAT

Data: 17 de dezembro de 2008.

Local: Sala de Reuniões do 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Luiz Fernando de Souza Emediato, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Ezequiel Sousa do Nascimento, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Wilson Vaz de Araújo, Conselheiro Titular Representante do MAPA; Guilherme Arruda Acioly, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CGT; Carlos Roberto Nolasco Ferreira, Conselheiro Titular Representante da SDS; Lourival Novaes Dantas, Conselheiro Titular Representante da CNI; Octávio de Lazari Júnior, Conselheiro Titular Representante da CNF; e Roberto Nogueira Ferreira, Conselheiro Suplente Representante da CNC.

Convidado: Robson Lemos Rodovalho, Representante do FONSET.

1 Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e oito, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho e Emprego - MTE, teve início a Quinquagésima Terceira Reunião Extraordinária do
3 Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, sob a Presidência do
4 Conselheiro Titular Representante da Força Sindical, Sr. Luiz Fernando de Souza Emediato. **I.**
5 **ABERTURA.** O Presidente cumprimentou a todos e, em seguida, passou a palavra para a Secretária
6 de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, Sra. Dalva Maria de Luca
7 Dias, que havia solicitado permissão para explicar a respeito de uma proposta de encaminhamento
8 ao MTE, cuja apresentação não se encontrava pautada. A Secretária de Estado, após agradecer pela
9 oportunidade, arrazoou sobre os graves problemas causados pela chuva em Santa Catarina,
10 especialmente nos municípios do Vale do Itajaí, destacando que os recursos encaminhados pelo
11 Governo Federal ao Estado não haviam contemplado as áreas do trabalho e da assistência social. Na
12 sequência, distribuiu para os Conselheiros cópia do Projeto “Frentes Emergenciais de Trabalho”,
13 que visava oferecer renda e ocupação ao público atingido pelas enchentes, solicitando especial
14 atenção do CODEFAT na análise do referido Projeto. O Presidente ressaltou que em atendimento à
15 solicitação do Ministro do Trabalho e Emprego havia sido aprovada, por *ad referendum*, a
16 Resolução CODEFAT nº 585, de 4 de dezembro de 2008, que prolongava por mais dois meses a
17 concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores domiciliados nos municípios integrantes do
18 Vale do Itajaí, demitidos no período compreendido entre 15/11/2008 e 15/01/2009, devendo
19 beneficiar quase 11.000 trabalhadores nessa primeira etapa. Registrou que seria encaminhada cópia
20 do Projeto ora apresentado às áreas competentes do Ministério para análise. O Conselheiro Titular

21 Representante da CGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, enfatizou a importância de
22 ser analisada a proposta apresentada, arrazoando que o CODEFAT possuía grande experiência em
23 matérias dessa natureza, bem como acreditava que seria encontrada uma saída para esse problema.
24 Prosseguindo, o Presidente passou para **II – APRESENTAÇÃO: ITEM 1 - Pelo Ministério das**
25 **Cidades, tema: Diretrizes para elaboração do Projeto Estratégico do PLANSAB e Projeto**
26 **Estratégico do Plano Nacional de Saneamento Básico.** O Representante do Ministério das
27 Cidades – MCidades, Sr. João Carlos Machado, explanou que o Plano Nacional de Saneamento
28 Básico – PLANSAB, instrumento de implementação da Lei nº 11.445/2007, procurava inaugurar
29 um cenário novo para as relações institucionais no que dizia respeito ao saneamento básico no
30 Brasil e, ainda, ampliar o conceito de saneamento para incorporar e promover uma ação integrada
31 do Estado nas temáticas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos
32 sólidos e manejo de águas pluviais. Destacou que o PLANSAB estava pautado nos seguintes
33 objetivos: i) universalização; ii) promoção da saúde e qualidade de vida; iii) promoção da
34 sustentabilidade ambiental; iv) melhoria da gestão e da qualidade e sustentabilidade dos serviços; v)
35 investimento, financiamento e política tarifária; vi) regulação; e, vii) direito à Cidade. Relatou que o
36 processo de constituição do PLANSAB estava dividido em três momentos distintos: 1º) Pacto pelo
37 Saneamento Básico, iniciado em junho e concluído em dezembro de 2008; 2º) Panorama do
38 Saneamento Básico no Brasil, a ser elaborado entre fevereiro e maio de 2009; e, 3º) PLANSAB –
39 cuja elaboração ocorreria entre maio de 2009 e maio de 2010. O Representante do MCidades
40 finalizou informando sobre a existência de uma proposta de decreto presidencial, tramitando no
41 âmbito do Ministério das Cidades e da Casa Civil, que visava constituir um Grupo Interministerial
42 mais amplo, envolvendo outros órgãos da administração federal, tais como os ministérios do
43 Trabalho e Emprego, da Fazenda, e do Turismo, de modo a coordenar, em conjunto com o
44 MCidades, o processo de elaboração do PLANSAB. O Presidente indagou se havia alguma
45 manifestação, ao que o Conselheiro da CGT questionou sobre a previsão de recursos para o
46 PLANSAB. O Representante do MCidades esclareceu que ainda não haviam chegado a essa fase de
47 definição de investimentos, acrescentando que atualmente eram investidos pelo Governo Federal
48 cerca de R\$ 10,0 bilhões anuais em saneamento básico. Prosseguindo, o Conselheiro da CGT
49 inquiriu a respeito das expectativas do Ministério das Cidades em relação ao FAT, ao que o
50 Representante do MCidades declarou que em função da importância do Fundo, como fonte de
51 recursos para investimentos, esperavam que o tema saneamento continuasse como prioridade na
52 pauta do CODEFAT. O Conselheiro Suplente Representante da CNC, Sr. Roberto Nogueira
53 Ferreira, parabenizou o Representante do MCidades pela apresentação, destacando que esse
54 Ministério estava realizando um bom trabalho de planejamento relativo à área de saneamento
55 básico. Na sequência, o Presidente passou ao **ITEM 2 – Apresentação pela Subsecretaria de**
56 **Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA / Coordenação-Geral de Informática –**

57 **CGI, tema: Cronograma de Desenvolvimento do SIGFAT.** O Coordenador-Geral da CGI, Sr.
58 Sérgio Alves Guimarães Cotia, esclareceu que o desenvolvimento da metodologia do Sistema
59 Integrado de Gestão do FAT - SIGFAT, dada a sua interatividade, ocorria com a participação
60 efetiva da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT. Na sequência, o Gerente de Projetos
61 da CGI, Sr. Cristiano Xavier Ferreira, explicou que o desenvolvimento de *software* estava dividido
62 em quatro fases, a saber: iniciação, elaboração, construção e transição, acrescentando que ao final
63 de cada uma dessas fases era executada uma avaliação para determinar se os objetivos haviam sido
64 alcançados. O Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE, Sr.
65 Ezequiel Sousa do Nascimento, sugeriu que se passasse diretamente para a situação atual do
66 Sistema, devendo apontar quais as etapas em desenvolvimento e quando seriam entregues. Assim
67 sendo, o Técnico da CGI, Sr. Carlos Moacir Gomes, esclareceu que o SIGFAT dividia-se em três
68 etapas: 1ª) Depósitos Especiais; 2ª) Extrato Financeiro; e, 3ª) Informações Estratégicas. Relatou que
69 as fases de iniciação, elaboração e construção da primeira etapa (Depósitos Especiais) já estavam
70 concluídas, acrescentando que trinta dias após a homologação final da fase de construção, prevista
71 para ocorrer em 30/12/2008, dariam início à fase de transição. Quanto à segunda etapa (Extrato
72 Financeiro), informou que se encontrava na seguinte situação: i) fase de iniciação - concluída; ii)
73 fase de elaboração – em andamento, prevista para concluir em janeiro de 2009; iii) fase de
74 construção – noventa dias após a homologação da fase de elaboração, prevista para concluir em
75 maio de 2009; e, iv) fase de transição – trinta dias após a homologação da fase de construção,
76 prevista para concluir em junho de 2009. Destacou que a terceira etapa (Informações Estratégicas)
77 ainda não havia sido iniciada. O Presidente indagou sobre qual o cronograma para finalização do
78 projeto, ao que o Coordenador-Geral da CGI informou que os demais módulos ainda não haviam
79 sido iniciados. O Coordenador-Geral da CGFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, enfatizou a
80 necessidade de um Sistema, demandado desde 1995, para reduzir riscos e controlar a aplicação e
81 movimentação dos recursos do FAT. Relatou que o SIGFAT seria composto de sete módulos,
82 acrescentando que havia solicitado prioridade para o que tratava dos Depósitos Especiais, haja vista
83 sua extrema importância no sentido de facilitar o trabalho da CGFAT. O Presidente inquireu sobre o
84 número de pessoas envolvidas no processo, se os recursos eram suficientes e, ainda, o que a CGI, a
85 CGFAT e o Ministério esperavam do Conselho em termos de ajuda, pois se tratava de uma parceria.
86 O Coordenador-Geral da CGI declarou que os recursos do Ministério para a área de Tecnologia da
87 Informação eram relativamente baixos, haja vista serem compartilhados com as unidades
88 descentralizadas. Informou que não havia problema de pessoal para o desenvolvimento do Sistema,
89 pois era feito na fábrica de *software*, a quem caberia alocar mão-de-obra suficiente para realizar os
90 trabalhos nos prazos contratados. O Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Trabalho do
91 Distrito Federal e Representante do FONSET, Sr. Robson Lemos Rodovalho, sugeriu que fosse
92 indicada uma pessoa para acompanhar os trabalhos de desenvolvimento do SIGFAT, devendo a

93 mesma apresentar um relatório mensal sobre a evolução do processo. Na sequência, o Presidente
94 propôs que a CGI apresentasse em cada reunião do CODEFAT, de forma sucinta, um quadro
95 evolutivo do SIGFAT, ao que o Coordenador-Geral da CGI manifestou sua concordância. O
96 Coordenador-Geral da CGFAT registrou o esforço da CGI e da fábrica de *software* para finalizar
97 essa etapa dos Depósitos Especiais, apontando que se tratava de um trabalho de alta complexidade.
98 Assim sendo, o Presidente declarou o assunto encerrado, passando para o **ITEM 3 – Apresentação**
99 **pela Coordenação-Geral de Emprego e Renda - CGER, temas: Subitem 3.1. Avaliação**
100 **Externa dos Programas de Crédito com Depósitos Especiais do FAT - FIPE.** A Coordenadora-
101 Geral da CGER, Sra. Adriana Phillips Ligiéro, esclareceu que haviam optado iniciar a avaliação
102 pelos programas PROGER Urbano e FAT Infra-Estrutura, com a expectativa de que no futuro fosse
103 estendida para outros. Destacou o convênio firmado entre o MTE e a Fundação Instituto de
104 Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – FIPE/USP, arrazoando que havia sido
105 entregue ao Ministério, dentro do cronograma, os seguintes produtos: i) Estudo sobre o
106 funcionamento e operacionalização do PROGER; e, ii) Definição da Metodologia de Investigação.
107 Informou que o produto “Aplicação da Metodologia – Avaliação Piloto” estava concluído e em fase
108 de finalização de relatório; enquanto o produto “Aplicação Nacional da Metodologia – Avaliação
109 Nacional” encontrava-se em fase final de realização. Listou os demais produtos que seriam objeto
110 da Avaliação: i) Estudo Consolidado dos Resultados da Avaliação; ii) Elaboração de Manuais de
111 Avaliação – Modelo de Avaliação; iii) Ferramentas de Tabulação; iv) Propostas de Aprimoramento
112 do PROGER; v) Resultados da Avaliação Externa – Final; vi) Apresentação dos Resultados ao
113 CODEFAT; e, vii) Workshop MTE-FIPE para apresentação dos resultados da avaliação. Relatou
114 que essa Avaliação Externa apresentava atraso em relação ao cronograma inicial, acrescentando que
115 a FIPE/USP já havia indicado a necessidade de prorrogação do prazo final para entrega dos
116 produtos até abril de 2009, o que se encontrava em negociação. Apontou que a entrega do relatório
117 com resultado da avaliação piloto realizada no Município de São Paulo ocorreria em janeiro de
118 2009, destacando que dada às dimensões e importância da cidade os resultados poderiam ser um
119 espelho da avaliação nacional. Na sequência, a Coordenadora-Geral da CGER passou para o
120 **Subitem 3.2 - Avaliação Externa do Programa do Seguro-Desemprego – UnB.** Observou que
121 essa avaliação externa abarcava as ações de: i) Habilitação ao Seguro-Desemprego; ii)
122 Intermediação de Mão-de-obra; iii) Qualificação Social e Profissional; e, iv) Carteira de Trabalho e
123 Previdência Social. Esclareceu que a parceria para a realização dessa avaliação se deu por meio de
124 um destaque orçamentário do MTE para a Fundação Universidade de Brasília – FUB/UnB, cujos
125 produtos eram semelhantes àqueles da avaliação do PROGER. Declarou que havia sido entregue ao
126 Ministério os produtos a seguir: i) Estudo Preliminar; e, ii) Metodologia de Avaliação. Arrazoou
127 que o produto “Relatório da Avaliação Piloto” se encontrava em fase de elaboração de relatório.
128 Listou os demais produtos que seriam contemplados pela Avaliação: i) Relatório da Avaliação

129 Nacional; ii) Recomendações para o aperfeiçoamento do Programa; iii) Seminários estaduais e
130 municipais para apresentação e discussão dos resultados; iv) Seminário Nacional para apresentação
131 e discussão dos resultados; v) Relatório Final da Avaliação; vi) Repasse do Banco de Dados com as
132 informações tabuladas das avaliações; vii) Publicação de livreto e CD-ROM com os resultados das
133 Avaliações Piloto e Nacional; e, viii) Apresentação dos resultados da Avaliação às equipes técnicas
134 do MTE e ao CODEFAT. Ressaltou que diferentemente do PROGER, a avaliação do Programa do
135 Seguro-Desemprego abrangia todas as Unidades da Federação, havendo necessidade de discussões
136 amplas, em nível local e regional. Observou que essa Avaliação também se encontrava em atraso,
137 destacando que o desembolso da terceira parcela, originalmente previsto para dezembro de 2008,
138 ocorreria em 2009, haja vista que a UnB ainda não havia executado um percentual significativo da
139 segunda parcela. Registrou que em decorrência de problemas internos da UnB a Avaliação estava
140 atrasada oito meses em relação ao cronograma inicial, acrescentando que a conclusão do Projeto
141 continuava definida para agosto de 2009. O Presidente indagou sobre a quantidade de parcelas,
142 tendo sido esclarecido pela Coordenadora-Geral da CGER que seria um total de quatro. Relatou que
143 a avaliação piloto no Município de São Paulo estava em fase de conclusão, e que a Avaliação
144 Nacional se encontrava em andamento. Encerrada as apresentações, o Presidente abriu as inscrições
145 para manifestação. O Conselheiro da CGT indagou se houve alguma sanção devido ao atraso na
146 entrega do Projeto, ao que a Coordenadora-Geral da CGER ressaltou que a parceria entre o MTE e a
147 UnB aconteceu a partir de dotação orçamentária, explicando que era diferente de convênio, onde
148 havia um instrumento assinado definindo responsabilidades e sanções. Prosseguindo, explicou que o
149 MTE estava atento à aplicação dos recursos, tanto que havia criado um Grupo de Trabalho - GT
150 para acompanhar esse Projeto. O Secretário-Executivo do CODEFAT complementou, informando
151 sobre o acompanhamento desse GT por parte do Tribunal de Contas da União - TCU e da
152 Controladoria-Geral da União - CGU, sendo o passo a passo desse processo rigidamente controlado.
153 O Conselheiro Titular Representante da SDS, Sr. Carlos Roberto Nolasco Ferreira, indagou se havia
154 um cronograma relativo a essa Avaliação do Programa do Seguro-Desemprego, ao que a
155 Coordenadora-Geral da CGER respondeu afirmativamente, avaliando que dentro de três meses
156 poderia ser dada uma posição mais concreta, considerando que algumas partes estavam mais
157 avançadas que outras. Em seguida, o Presidente passou para **III – ASSUNTOS PARA**
158 **HOMOLOGAÇÃO: ITEM 4 - Ratificação da Resolução nº 584, de 20 de novembro de 2008,**
159 **aprovada *ad referendum*, que altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos**
160 **Especiais do FAT para o exercício de 2008 - PDE/2008, de que trata a Resolução nº 567, de 28**
161 **de fevereiro de 2008, e suas alterações.** O Presidente esclareceu que havia aprovado, *ad*
162 *referendum*, o remanejamento de R\$ 300,0 milhões do PROGER Urbano Investimento para o FAT
163 Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, em atendimento à solicitação do BNDES, segundo o qual
164 a diminuição na oferta global de crédito teria elevado a demanda pelos financiamentos do Banco,

165 em especial das micro e pequenas empresas. O Presidente indagou se havia alguma manifestação,
166 em não havendo, considerou ratificada a Decisão. Prosseguindo, passou para o **ITEM 5 -**
167 **Ratificação da Resolução nº 585, de 4 de dezembro de 2008, aprovada *ad referendum*, que**
168 **dispõe sobre o pagamento do benefício do Seguro-Desemprego aos segurados integrantes dos**
169 **municípios do Vale do Itajaí em Santa Catarina.** O Presidente arrazoou que em razão dos
170 grandes estragos causados pelas enchentes no mês de novembro no Estado de Santa Catarina havia
171 aprovado, *ad referendum*, o pagamento adicional de duas parcelas do benefício do seguro-
172 desemprego para os trabalhadores demitidos entre 15 de novembro de 2008 e 15 de janeiro de 2009
173 nos municípios do Vale do Itajaí, observando que o Ministério estimava um dispêndio da ordem de
174 R\$ 12.522.868,08 (doze milhões, quinhentos e vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais e
175 oito centavos), bem como que seriam beneficiados cerca de 11 mil trabalhadores. O Conselheiro da
176 CNC manifestou seu apoio a essa decisão, ressaltando que a proposta apresentada pela Secretária do
177 Trabalho de Santa Catarina deveria ser analisada com racionalidade, dado o forte apelo emocional
178 da questão. O Conselheiro Titular Representante do Mapa, Sr. Wilson Vaz de Araújo, relatou que o
179 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o Ministério do Desenvolvimento
180 Agrário – MDA e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR, haviam se reunido
181 algumas vezes para tratar dessa questão das enchentes em Santa Catarina, ressaltando que as
182 medidas referentes a esse assunto deveriam ser analisadas à luz do conjunto de ações que o Governo
183 Federal vinha desenvolvendo para contornar a crise. O Presidente indagou se havia mais alguma
184 observação, em não havendo, considerou ratificada a Decisão. Na sequência, o Presidente passou
185 para **IV – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 6 - Aprovação da Prestação de Contas**
186 **do Seguro-Desemprego, exercício 2006.** O Titular da Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego,
187 Abono Salarial e Identificação Profissional – CGSAP, Sr. Márcio Alves Borges, esclareceu que
188 essa Prestação de Contas referia-se às emissões do benefício do seguro-desemprego no período de
189 07/01/2006 a 30/12/2006, cujo prazo limite para pagamento aos beneficiários foi até 07/03/2007.
190 Registrou o dispêndio de R\$ 10,45 bilhões para pagamento de 23.934.982 parcelas do benefício do
191 seguro-desemprego, as quais apresentavam a seguinte distribuição: i) trabalhador formal -
192 23.329.783; ii) pescador artesanal - 1.063.025; iii) empregado doméstico – 30.458; e, iv)
193 trabalhador resgatado – 9.633. Declarou que foram apurados os dados dos quantitativos físicos e
194 financeiros vinculados a emissão e encerramento dos lotes, acrescentando que não foi constatada
195 divergência entre os dados constantes do Sistema CAIXA e os registrados no Sistema MTE. Assim
196 sendo, concluiu que sob o aspecto técnico operacional não havia óbice à aprovação da Prestação de
197 Contas em referência. Na sequência, o Presidente solicitou que fosse apresentada a análise
198 financeira. O Coordenador-Geral da CGFAT relatou que o pagamento do benefício do seguro-
199 desemprego havia atendido a 5.857.041 trabalhadores formais, 328.178 pescadores artesanais,
200 11.397 empregados domésticos, 3.838 trabalhadores com contrato suspenso (bolsa qualificação), e

201 3.013 trabalhadores resgatados, totalizando, assim, 6.203.467 trabalhadores beneficiados.
202 Observou, quanto aos valores envolvidos, que o benefício apresentava os seguintes montantes: i) R\$
203 10,64 bilhões - repasse para a conta; ii) R\$ 10,45 bilhões – pagamento do benefício; iii) R\$ 188,52
204 milhões – saldo do movimento; iv) R\$ 175,33 milhões – valor transferido para pagamento do
205 Seguro-Desemprego no exercício de 2007; e, v) R\$ 13,19 milhões – saldo recolhido ao Fundo. O
206 Coordenador-Geral da CGFAT concluiu, quanto à análise financeira, pela aprovação da Prestação
207 de Contas em tela. O Presidente abriu as inscrições para manifestação, ao que o Conselheiro da
208 CNC referiu-se à polêmica ocorrida no Conselho quando da aprovação do benefício do seguro-
209 desemprego para o empregado doméstico, apontando que essa modalidade representou cerca de
210 0,1% do total do dispêndio com o benefício, portanto um impacto financeiro insignificante dentro
211 do contexto do Seguro. O Presidente indagou se havia mais alguma observação, em não havendo,
212 considerou aprovada a Prestação de Contas do Seguro-Desemprego, exercício 2006. A seguir,
213 passou para o **ITEM 7 - Proposta de Resolução que aprova a Programação Anual da Aplicação**
214 **de Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2009 – PDE/2009.** O Coordenador-Geral da
215 CGFAT pontuou que faria uma breve avaliação das contas do FAT a fim de demonstrar o que
216 restava além da reserva de liquidez para aplicação em depósitos especiais. Arrazou que as
217 estimativas apontavam, quanto ao exercício de 2008, que o dispêndio para pagamento dos
218 benefícios do Seguro-Desemprego e Abono Salarial seria de R\$ 20,9 bilhões, o valor do
219 empréstimo constitucional ao BNDES de R\$ 10,6 bilhões, e o montante aplicado nos depósitos
220 especiais de R\$ 6,25 bilhões. Esclareceu que as projeções indicavam que o FAT fecharia o
221 exercício de 2008 com receitas totais de R\$ 36,4 bilhões e despesas totais de R\$ 32,6 bilhões.
222 Mencionou que estava sendo estimado para o FAT, no exercício de 2009, receitas de R\$ 38,4
223 bilhões e despesas de R\$ 37,1 bilhões, e no exercício de 2010, receitas de R\$ 39,8 bilhões e
224 despesas de R\$ 40,3 bilhões, alertando que caso fossem confirmadas essas previsões o FAT
225 apresentaria em 2010, além do déficit primário registrado desde meados dos anos 90, quando foi
226 criado o Fundo Social de Emergência – FSE, posteriormente substituído pela Desvinculação de
227 Receitas da União – DRU, também déficit operacional. Avaliou que para reverter esse quadro seria
228 necessário aumentar as receitas ou reduzir as despesas, exemplificando que a diminuição da
229 rotatividade de mão-de-obra, via qualificação profissional e educação, poderia contribuir no sentido
230 de equilibrar melhor esse fluxo. O Coordenador-Geral da CGFAT referiu-se ao questionamento
231 ocorrido na última reunião do GAP/CODEFAT sobre o fato do empréstimo ao BNDES ser indicado
232 como despesa, esclarecendo que isso acontecia em atendimento à Lei nº 4.320/64, acrescentando
233 que na Contabilidade Pública essa rubrica era classificada como despesa de capital. Declarou que a
234 proposta para a PDE/2009 seria no montante de R\$ 4,0 bilhões, sendo R\$ 2,0 bilhões destinados à
235 Linha de Crédito Especial FAT Inclusão Digital, e o valor de R\$ 3,998 bilhões dividido entre os
236 seguintes Programas: i) R\$ 1,948 bilhão – PROGER Urbano; ii) R\$ 1,0 bilhão – FAT Fomentar; iii)

237 R\$ 800,0 milhões – PRONAF; iv) R\$ 180,0 milhões – FAT Pró-Inovação; v) R\$ 35,0 milhões –
238 FAT PNMPO; e, vi) R\$ 35,0 milhões – PROGER Rural. O Coordenador-Geral da CGFAT
239 finalizou a apresentação listando as premissas que nortearam a proposta da PDE/2009: i) foco nos
240 investimentos produtivos de micro e pequenos negócios, sabidamente grandes geradores de
241 trabalho, emprego e renda; ii) fomento ao emprego, à inovação tecnológica e à agricultura familiar;
242 e, iii) continuidade de desembolsos para os Programas de Geração de Emprego e Renda, com
243 equilíbrio do fluxo de caixa do FAT. Na sequência, o Presidente abriu as inscrições para
244 manifestação. O Conselheiro do MAPA referindo-se à proposta constante da PDE/2009 para o
245 PROGER Rural, no valor de R\$ 35,0 milhões, indagou se haveria a possibilidade de repetir o valor
246 de R\$ 300,0 milhões aprovado na última reunião do Conselho, quando foi alterada a PDE/2008. O
247 Representante do Banco do Brasil, Sr. Luiz Artur Fogaça de Souza, ressaltou que o valor de R\$
248 300,0 milhões havia sido aprovado para custeio, esclarecendo que essa demanda de R\$ 35,0
249 milhões foi apresentada pela Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil. O Presidente indagou
250 se havia mais algum questionamento, em não havendo, considerou aprovada a PDE/2009.
251 Continuando, passou para o **ITEM 8 – Solicitação da CAIXA para adequação dos fluxos de**
252 **Reembolsos Automáticos – RA: 8.1 - Programa FAT HABITAÇÃO; e, 8.2 - Linha de Crédito**
253 **Especial FAT VILA PANAMERICANA.** O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que a
254 Resolução CODEFAT nº 439/2005 reestruturou a sistemática dos depósitos especiais, instituindo a
255 PDE e criando a figura do Reembolso Automático – RA, acrescentando que essa reestruturação
256 havia sido motivada pela necessidade de: i) melhorar o gerenciamento dos recursos disponíveis por
257 programa; ii) otimizar a destinação de recursos aos beneficiários finais; iii) possibilitar a concessão
258 de maiores prazos na contratação de operações de crédito; iv) reduzir a quantidade de resoluções de
259 alocações, extratos financeiros e das rotinas de análise de planilhas financeiras; v) consolidar os
260 planos de trabalho de cada resolução em único plano de trabalho por programa ou linha de crédito
261 especial; vi) facilitar o processo de Segregação de Contas do FAT nas instituições financeiras; vii)
262 reduzir as rotinas operacionais de controle; e, viii) dar celeridade às discussões sobre o orçamento
263 do FAT. Registrou que a Resolução CODEFAT nº 274/2001 autorizou a alocação de até R\$ 1,0
264 bilhão na CAIXA, para o Programa FAT Habitação, objetivando a construção e aquisição de
265 imóveis novos e usados, tendo sido estabelecido pela Resolução CODEFAT nº 384/2004 que o
266 reembolso do depósito especial se daria em 35 prestações semestrais sucessivas, vencendo a
267 primeira em outubro/2004 e a última em outubro/2021. Prosseguindo, relatou que a Resolução
268 CODEFAT nº 381/2004 autorizou a alocação de até R\$ 350,0 milhões na CAIXA, para a Linha
269 FAT Vila Panamericana, visando à construção da Vila Olímpica dos Jogos Panamericanos do Rio
270 de Janeiro, cujo reembolso dos recursos se daria em parcelas mensais sucessivas, vencendo a
271 primeira em abril/2008 e a última em setembro/2024. Destacou que a reestruturação da forma de
272 alocação e de amortização dos depósitos especiais do FAT estabeleceu um descompasso entre o

273 fluxo financeiro de entrada de recursos (retornos) e a necessidade de pagamento mensal de RA, o
274 que estava acarretando dificuldades para o cumprimento desses compromissos, bem como levando
275 a CAIXA a solicitar sucessivas prorrogações, as quais vinham sendo concedidas. Informou que até
276 outubro de 2008 os RA atrasados, os quais eram remunerados pelo dobro da taxa SELIC acrescido
277 de multas, apresentavam os seguintes montantes: i) FAT Habitação – R\$ 3,2 milhões; e, ii) FAT
278 Vila Panamericana – R\$ 5,2 milhões. O Coordenador-Geral da CGFAT arrazoou que em atenção à
279 solicitação apresentada pela CAIXA, estava trazendo proposta de alteração da forma de Reembolso
280 Automático do Programa FAT HABITAÇÃO e da Linha de Crédito Especial FAT Vila
281 Panamericana, bem como a reversão de penalidades aplicadas em razão da alteração da sistemática
282 de recolhimento de reembolso do depósito especial ao FAT, haja vista que o descumprimento das
283 regras introduzidas pela Resolução CODEFAT nº 439/2005 ocorreram em função de fatores alheios
284 à esfera de atuação e competência do Banco. O Presidente franqueou a palavra para manifestação.
285 O Conselheiro Titular Representante da CNF, Sr. Octávio de Lazzari Júnior, manifestou sua
286 preocupação com a mudança proposta, justificando que isso poderia abrir um precedente perigoso
287 para que outras instituições financeiras venham a solicitar dilatação do prazo de reembolso
288 automático. O Presidente indagou qual o encaminhamento que se daria a essa questão, observando
289 se seria o caso de estudar melhor o assunto. O Vice-Presidente sugeriu que a parte relativa ao RA,
290 onde haveria razoável consenso, fosse objeto de deliberação, e que a referente às penalidades fosse
291 retirada da pauta. O Representante da CAIXA, Sr. Paulo Patay, ressaltou que os descasamentos
292 ocorreram em função da Resolução CODEFAT nº 439/2005, que alterou a forma de reembolso que
293 havia sido pactuado nas Resoluções anteriores. O Vice-Presidente, diante das incertezas geradas
294 pela proposta em tela, solicitou que o Item fosse retirado de pauta, ficando para a próxima reunião.
295 Assim sendo, o Presidente declarou a retirada da presente Proposta de Resolução da pauta, bem
296 como sua transferência para a próxima reunião do Conselho. Prosseguindo, o Presidente fez um
297 aparte para tratar de um assunto **EXTRA PAUTA: Consulta ao CODEFAT acerca dos Termos**
298 **de Parceria a serem celebrados pelo MTE e Organizações da Sociedade Civil de Interesse**
299 **Público – OSCIP, nos termos do § 1º, art. 10, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.** O
300 Presidente pontuou que o assunto seria apresentado pelo Assessor da Secretaria de Políticas
301 Públicas de Emprego - SPPE, Sr. Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira, destacando que havia a
302 necessidade dos Termos de Parceria serem submetidos à aprovação do CODEFAT, embora
303 tivessem sido analisados e aprovados pela Consultoria Jurídica do MTE. O Assessor da SPPE
304 informou que foram realizados dois Concursos de Projetos para a seleção de propostas de OSCIPs,
305 no âmbito do Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito do Programa Nacional
306 de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. Esclareceu que nos termos da Lei nº 9.790/99, a
307 qual determinava que “*A celebração do Termo de Parceria será precedida de Consulta aos*
308 *Conselheiros de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes (...)*”, o

309 Ministério estava solicitando manifestação do CODEFAT acerca dos Termos de Parceria a serem
310 celebrados pelo MTE e as organizações selecionadas pelas Comissões Julgadoras dos Concursos,
311 que contaram com a participação do Conselheiro Representante da CGT. O Assessor da SPPE
312 esclareceu que os dezessete projetos escolhidos, de acordo com a legislação, teriam que ser
313 aprovados pelo Conselho e assinados pela Presidência do CODEFAT, na condição de interveniente.
314 O Conselheiro da CGT ressaltou a qualidade da Comissão Julgadora, manifestando-se favorável à
315 aprovação dos Termos de Parceria. O Conselheiro da CNF indagou se os recursos seriam para
316 treinar os agentes de crédito, ao que o Assessor da SPPE esclareceu que uma parte teria esse
317 objetivo, enquanto a outra visava à capacitação das instituições de crédito. O Conselheiro da CNC
318 questionou a diferença de valores entre as instituições, ao que o Assessor da SPPE explicou que a
319 Comissão havia analisado as capacidades institucionais e a localidade de atuação das entidades. O
320 Conselheiro da CNC, observando não dispor de elementos para uma análise mais detalhada,
321 manifestou seu voto contrário à proposta em tela. O Presidente indagou se havia mais alguma
322 observação, em não havendo, declarou aprovados os Termos de Parceria, registrando o voto
323 contrário do Conselheiro da CNC. Na sequência, o Presidente passou para **V – INFORME,**
324 propondo inversão de Pauta, com apresentação do **ITEM 10 - Proposta apresentada pela Força**
325 **Sindical de ampliação para até 7 (sete) parcelas do benefício do seguro-desemprego para os**
326 **trabalhadores demitidos dos setores produtivos afetados pelo reflexo da crise econômica**
327 **internacional, devendo ser alcançados também os trabalhadores rurais contratados na**
328 **modalidade do “Plano Safra”.** O Presidente esclareceu que se tratava de proposta de ampliação do
329 benefício do seguro-desemprego, acrescentando que nessa mesma linha havia um encaminhamento
330 trazido pelo Conselheiro da CGT, de proposta do Governo do Estado de São Paulo, baseado em um
331 documento da FIPE/USP, o qual acrescentava a questão da bolsa qualificação. Destacou que ambas
332 as solicitações se referiam a ações que já estavam previstas em lei. O Conselheiro da CGT
333 esclareceu que o Governo do Estado de São Paulo estava pleiteando o aumento para até dez
334 parcelas do benefício do seguro-desemprego a fim de atender caso de suspensão do contrato de
335 trabalho que viesse a ser negociado, o que se diferenciava do Programa Bolsa Qualificação em
336 razão desse limitar o benefício em até cinco parcelas. Dessa forma, solicitou que essa proposta fosse
337 objeto de análise pelo CODEFAT. O Conselheiro Titular Representante da CNI, Sr. Lourival
338 Novaes Dantas, observou ser necessário tomar cuidado em relação ao Seguro-Desemprego,
339 destacando que a recessão estava por vir. O Conselheiro da CGT, discorrendo sobre a diminuição
340 das atividades em todos os setores, solicitou que o Conselho analisasse a proposta e emitisse um
341 parecer, para não ficar sem cumprir um compromisso importante em nome dos trabalhadores. O
342 Presidente avaliou que essa questão estava resolvida, haja vista que o estudo apresentado pelo
343 Secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, Sr. Guilherme Afif
344 Domingues, contemplando proposta de alteração das regras do Seguro-Desemprego, havia sido

345 encaminhado ao CODEFAT unicamente para conhecimento dos Conselheiros, acrescentando que o
346 Secretário estava enviando o referido estudo, oficialmente e concomitantemente, ao Presidente da
347 República, ao Ministro do Trabalho e Emprego e, ainda, aos presidentes da Câmara dos Deputados
348 e do Senado Federal. Quanto à solicitação da Força Sindical, destacou que como já havia previsão
349 legal de ampliação para até 7 (sete) parcelas do seguro-desemprego, a mesma poderia ser aprovada
350 em situações emergenciais, a exemplo do que havia sido autorizado para o Estado de Santa
351 Catarina. Em seguida, o Presidente passou para **VI – OUTROS ASSUNTOS: ITEM 11 - Entrega**
352 **do seguinte documento: Relatório de Informações Financeiras do FAT.** Arrazoou que o
353 Relatório em referência encontrava-se na pasta distribuída aos Conselheiros. **ITEM 9 – Viagem do**
354 **Presidente do CODEFAT à Paris, França, para conhecer o novo sistema de gestão e alocação**
355 **de recursos para o seguro-desemprego, intermediação e qualificação de mão-de-obra.** Em
356 razão do adiantado da hora restou prejudicada a apresentação do presente Item.
357 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por
358 encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly,
359 Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo
360 Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

EZEQUIEL SOUSA DO NASCIMENTO
Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

WILSON VAZ DE ARAÚJO
Conselheiro Titular Representante do MAPA

GUILHERME ARRUDA ACIOLY
Conselheiro Suplente Representante do BNDS

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da CGT

CARLOS ROBERTO NOLASCO
Conselheiro Titular Representante da SDS

LOURIVAL NOVAES DANTAS
Conselheiro Titular Representante da CNI

OCTÁVIO DE LAZARI JÚNIOR
Conselheiro Titular Representante da CNF

ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA
Conselheiro Suplente Representante da CNC
